

*Artigo

Construindo o país do futuro

Em 1900, apenas 13% das pessoas viviam em áreas urbanas. Hoje, as cidades são responsáveis por mais da metade da população mundial e este número deverá aumentar para 70% até 2050. Diante da rápida urbanização, a infraestrutura se torna um foco de preocupação para os líderes que precisam se esforçar para criar espaços mais habitáveis e produtivos, ou seja, cidades sustentáveis.

Segundo a pesquisa The Global Competitiveness Report 2013 – 2014, realizada pelo World Economic Forum, o Brasil ocupa a 114ª posição em um ranking de 144 países em investimentos de infraestrutura. O país gasta cerca de 2% do PIB, ficando bastante atrás de outras nações, que chegam a aplicar até 10%. Com uma qualidade de infraestrutura abaixo da média mundial, seria necessário o Brasil investir, no mínimo, 4% para garantir um patamar desejável de desenvolvimento.

Existe um consenso emergente de que uma quantia maior deve ser gasta em infraestrutura, embora alguns governos ainda estejam relutantes em aumentar seus gastos no setor. Por isso, o desafio mais importante e essencial para atrair investimentos é melhorar o fluxo de projetos, transformando um robusto pipeline de desenvolvimento em compras, construção e, finalmente, em operações.

Desde 2004, com a aprovação da lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como a “Lei de PPP”, foram instituídas normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e os governos passaram a assinar contratos de concessão subsidiados nos setores de águas, infraestrutura social e transportes. A cada ano, as PPPs estão aumentando no Brasil, e o que se espera é que essas parcerias possam melhorar a realidade das cidades.

A aprovação da citada legislação acabou por incentivar a participação privada, inspirando os governos estaduais, com destaque para Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Bahia, que iniciaram a implementação de projetos pilotos de PPP em setores como saneamento, transportes, estádios da Copa, saúde e presídios.

Vale lembrar que o Governo Federal já vem apontando para uma maior utilização das PPPs, principalmente, nos segmentos de rodovias e ferrovias, enquanto os estados devem gerar novas oportunidades nas áreas de saneamento, resíduos sólidos e iluminação pública. Podemos elencar três áreas onde os governos precisam se concentrar para atrair investimentos e implementar o conceito de “cidade inteligente”. Em primeiro lugar, é necessário mudar o foco de medidas puramente populares para priorizar e implementar meios sustentáveis de planos econômicos de longo prazo.

Em segundo lugar, é preciso melhorar drasticamente o profissionalismo e a capacidade dos programas de infraestrutura. A realidade é que os investidores estão à procura de programas claros, transparentes e bem geridos para se investir. Projetos mal planejados, mal estruturados ou implantados com riscos não mitigados espantam os investidores. Por isso, é necessário melhorar urgentemente o profissionalismo dos programas a curto prazo através do apoio de consultores externos experientes e, a médio e longo prazo, criar planos contínuo de capacitação interna de contratação, treinamento e desenvolvimento.

A terceira área que requer atenção imediata dos líderes são os mercados de financiamento. A maior parte das atividades tem sido financiada através do BNDES, mas o apoio privado e os mercados de títulos e veículos de investimento devem ser estimulados a se desenvolver para que seja possível alcançar objetivos mais elevados.

Não podemos esquecer que vivemos na era globalizada da informação e isso se aplica também para as empresas e investidores. Ou seja, qualquer tipo de projeto, inclusive de PPPs, sofre concorrência. Não há tempo a perder e as ações tomadas hoje refletirão pelas próximas décadas. Tomar medidas positivas hoje e colher os benefícios para as gerações, ou manter o status quo? Essa é a decisão final para a criação das cidades do futuro.

Maurício Endo é sócio da KPMG no Brasil.

*Curtas

Lucro da Copa

Na última semana da Copa do Mundo, o setor de turismo começou a fechar as contas sobre o faturamento nesse Mundial. Em algumas capitais, o índice de ocupação de hotéis chegou a 90%. O maior movimento também beneficiou as empresas aéreas. Catorze milhões de passageiros passaram pelos aeroportos brasileiros durante a Copa, segundo dados da Secretaria de Aviação Civil. As capitais com maior movimento foram São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. No aeroporto de Brasília, por exemplo, o desembarque de torcedores ainda é grande por causa do último jogo do Brasil, contra a Holanda, neste sábado. Já em relação a hospedagem, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, no Rio de Janeiro e em Fortaleza, 90% dos hotéis foram ocupados. Salvador também recebeu muitos turistas: 85% das vagas foram ocupadas. No setor de alimentação, os donos de restaurantes se queixam de queda no movimento. Na verdade, essa foi a Copa dos bares, que faturaram, em média, 25% a mais em todo o Brasil.



Hospitalidade	Pesquisa	Natureza	Informação
Ainda falando de Copa do Mundo, em especial a do Pantanal, uma pesquisa encomendada pela Secopa mostrou que a ‘hospitalidade cuiabana’ – tão conhecida quanto o calor que faz na cidade durante quase todo o ano – foi o grande diferencial para agradar os turistas que a visitaram durante a Copa da Mundo.	Mais de 91% dos entrevistados avaliaram a estadia na região como ótima ou boa e 70% asseguraram que vão recomendar o Estado para amigos e familiares. A hospitalidade com que foram recebidos foi o quesito mais lembrado pelos visitantes, atingindo a marca de 89%. Ao todo, foram ouvidas 759 pessoas.	A biodiversidade e a natureza foram destacadas por 8% dos entrevistados e a Arena Pantanal por 5% - em que pese 77% acreditem que a Arena Pantanal se encontra entre os melhores estádios do mundo. O clima e o calor foi citado por 4,2%. Por volta de 3% gostaram dos pontos turísticos e da organização da cidade.	O senhor João Alves de Souza acabou perdendo a carteira com todos os seus documentos. Ele solicita que caso alguém a encontrar deve entrar em contato, se possível, através dos seguintes números: pelo celular (65) 9638-5451 ou pelo telefone (65) 3326-9146

*Bastidores da Política

Reeleição I	Reeleição II	Reeleição III	Reeleição IV
Dos 24 deputados estaduais de Mato Grosso da atual composição, 17 tentam a reeleição para tentar se manter no cargo pelos próximos quatro anos, conforme o Sistema de Divulgação de Candidaturas do TSE. Outros dois vão concorrer a uma vaga de deputado federal e outro a suplente de senador, enquanto os demais estão fora do pleito.	A maioria não disputa a reeleição pela primeira vez e já faz do cargo eletivo quase uma profissão. Mauro Savi (PR), por exemplo, exerce o terceiro mandato e, após 12 anos no cargo, busca, mais uma vez, permanecer na Assembleia Legislativa. Ele é do Paraná e se mudou para Mato Grosso na década de 80.	Com algumas interrupções, Wagner Ramos (PR) também está há mais de 10 anos na vaga. De 2003 até 2009 como suplente e depois conseguiu se eleger, se ‘efetivando’ na vaga. À Justiça Eleitoral, Ramos informou que sua principal ocupação é ser deputado. Porém, antes de ser deputado, ele trabalhava como jornalista em Tangará da Serra.	Tem outros deputados que ficaram no cargo por um mandato apenas e não vão tentar a reeleição, como é o caso de Luciane Bezerra (PSB). Ela ocupa vaga na Assembleia desde 2011 e agora disputa a segunda suplência de Senado, na chapa que tem o senador da República Pedro Taques (PDT) como candidato ao governo.
Reeleição V	Gastos	Bilhões	Outros
Além de Luciane e Jota Barreto, não disputarão a reeleição os deputados Alexandre César (PT), João Maheiros (PR), José Riva (PSD), candidato a governador; Luiz Marinho (PTB) e Teté Bezerra (PMDB), candidata a vice-governadora da chapa que tem o petista Lúdio Cabral como candidato ao governo.	A campanha eleitoral pelo cargo de governador de São Paulo será a que consumirá mais dinheiro dentre os 26 estados e o Distrito Federal, de acordo com as estimativas de despesa entregues pelos candidatos à Justiça Eleitoral no último sábado, 5. São Paulo terá nove concorrentes ao Palácio dos Bandeirantes.	Somados os gastos previstos pelos 169 candidatos a governador em todo o país, a despesa total soma R\$ 2,43 bilhões. A cifra é equivalente ao valor do orçamento previsto para 2015 de um município como Niterói (RJ), com quase 500 mil habitantes. Já a previsão de gasto dos 11 candidatos a presidente é de R\$ 916 milhões.	A campanha para o governo do Rio de Janeiro será a segunda mais cara na comparação com os demais estados, com custo de até R\$ 185,9 milhões, de acordo com os sete candidatos. Já no Mato Grosso, a previsão de gastos dos cinco candidatos ao Governo é de R\$ 110.000.000,00, ocupando desta forma a nona posição.

Candidatos nos Estados tiveram crescimento patrimonial de até 1.100% em 4 anos

Análise da declaração de patrimônio dos 164 candidatos ao governo do Estado em todo o Brasil, além dos onze que disputam a Presidência da República, revela que alguns dos postulantes a esses cargos chegaram a ter crescimento patrimonial de 1.100% em um período de quatro anos. Patrimônio de Eunício Oliveira, candidato ao governo do Ceará, foi o que mais cresceu: saiu de R\$ 36 milhões em 2010 para R\$ 99 milhões Levantamento do iG aponta que os candidatos ao governo de Pernambuco, Armando Monteiro (PTB); de Rondônia, Padre Ton (PT); de Tocantins, Sandoval Cardoso (PRB); do Amapá, Jorge Amanjás (PPS) e do Ceará, Eliane Novaes (PSB), foram aqueles com o maior crescimento proporcional em seus patrimônios nos últimos quatro anos. O candidato ao governo do Ceará, Eunício Oliveira (PMDB), teve o maior crescimento líquido registrado nas suas declarações de bens.



Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA



Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

ISSN 2258-6487

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-06, Jardim do Lago 9 - Tangará da Serra - MT - CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arapirapó, Nordestina, Nova Montanha, Santo Afonso, Serra do Bugre, Campo Novo do Parede e Sapezal.

Tratagem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mário Reski

mario@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Torres

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiana Torres

CONTATO

diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Gean Michel Lourenço Costa

Renan Bezerra do Nascimento

Reinaldo Manarin Neto

CONTATO

diariodaserra@serra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda

Av. Tancredo Neves, 1247-06, Sala 01

CNPJ 10.285.194/0001-07

PUBLICIDADE LEGAL

E. Torres & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-06, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA

Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

Av. Tancredo Neves, 1247-06

CNPJ 01.628.544/0001-09

CONTATO

diariodaserra@serra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br